

# Perigoso desperdício

DE TANTO se repetir, no Brasil, que o dinheiro aplicado na educação é investimento, o mote virou axioma — verdade evidente por si. Também tornou-se fácil aceitar, sem exigência de comprovação, que o investimento em educação redundava em promoção social, vale dizer, em redução das desigualdades.

MAS num seminário organizado pelo Banco Mundial (Bird) e aqui realizado no fim do mês passado, 40 especialistas — brasileiros, americanos e um coreano — chegaram a constatações e conclusões que abalam essas certezas: mais dinheiro aplicado em educação poderá ser puro desperdício. E, quanto à promoção social, ela pode bem ficar esquecida, para o sucesso de uns poucos: dos grupos de interesses que se fizeram comensais do poder político, distribuidor dos recursos públicos.

NÃO que houvesse ali dúvida alguma quanto ao papel da educação para o crescimento econômico e para a abertura de oportunidades de ascensão social. O enfoque do seminário "Educação, crescimento e desigualdade no Brasil" foi outro: o que se deve tomar por investimento em educação? Uma pergunta que remete a discussão sobre o montante dos recursos aplicados em educação no Brasil — se são muito, ou pouco —, para outra, prévia: no Brasil, gasta-se bem ou mal em educação?

A RESPOSTA foi que nosso sistema educacional não está conduzindo, nem à expansão econômica, nem ao desenvolvi-

mento social. E uma resposta colhida do cotejo do desempenho brasileiro com o de um dos países recentemente industrializados, a Coreia do Sul: enquanto na Coreia do Sul de 1986 apenas 7,5% da mão-de-obra masculina se mantinham em nível elementar, no Brasil de 1985 eram 61% os que tinham no máximo educação primária. Nossa notória expansão escolar deu num aumento de 16% para 39% dos jovens matriculados no nível médio de ensino, entre 1965 e 1987. Já na Coreia do Sul esse aumento foi, entre 1965 e 1985, de 35% para 94%; e, no conjunto dos países de renda média, de 26% para 54%.

AS GERAÇÕES se sucedem, sem que haja progresso de status. Em 1973, 47,1% dos filhos apresentavam situação econômica melhor que a dos pais, 41,6% igual e 11,3% inferior; em 1982, esses percentuais eram, respectivamente, 39,9%, 32,4% e 27,6%. Não é um dado para se concluir que a expansão educacional do Brasil teve o efeito perverso de aumentar as desigualdades sociais?

MAS, por quê? O economista brasileiro Cláudio Moura e Castro, da Organização Internacional do Trabalho, responde: os usuários da educação, através de seus responsáveis, não estão organizados para cobrar do poder público os benefícios da educação; para fiscalizar o emprego dos recursos. O que arrasta as famílias de renda mais baixa a esperar da escola antes a comida que a qualidade do ensino.

QUEM se organiza e toma o lugar dos destinatários maio-

res da educação nacional, para a distribuição dos recursos públicos, é a política de clientela; ou certos grupos do setor privado do ensino, que tramam com o poder político um relacionamento peculiar. Daí, no primeiro caso, o empreguismo, os professores fantasmas e funcionários ociosos, a distribuição de recursos de acordo com as conveniências eleitorais; no segundo, as transferências injustificáveis de recursos, as isenções de impostos e o que agora está explodindo em escândalo: a compra de vagas em escolas particulares.

TEM-SE, no Brasil, um ensino superior público, de cujas despesas se poderia cortar, segundo José Goldemberg, Secretário de Ciência e Tecnologia e ex-Reitor da USP, 30% ou mais, sem prejuízo algum da qualidade. Na outra extremidade, temos um sistema de ensino básico tão incompetente que se gasta, em meio rural, o equivalente a 15,2 anos de escolaridade para levar uma criança só até à 4ª série do Primeiro Grau. É desperdício sobre desperdício, de que não se dá conta. Porque também reitores e diretores não têm a quem prestar contas, em termos de eficiência e produtividade. O fluxo de recursos tem outros reguladores.

RESTA esse abandono da educação, enquanto nas agências de educação se enquistam núcleos, mais ou menos autônomos, de poder — para a disputa ou para a partilha concertada dos recursos. E, no lugar do desenvolvimento, o desperdício sustentado.